

APRESENTAÇÃO

Distintas formas de diferenças individuais e culturais vêm sendo gradualmente incorporadas aos espaços públicos de convivência, pautadas no princípio que busca garantir a todos a oportunidade de participação social como um direito humano, mesmo considerando as tensões sociais existentes para tal realização. O reconhecimento da necessária partilha do que é concebido como público é fundamental para o exercício da cidadania, sobretudo dos que historicamente foram colocados à margem das relações sociais, impedindo-lhes de se apropriarem, de forma espontânea, do que a cultura pode oferecer.

Ter como propósito a inclusão social, pensando nas pessoas com deficiência, requer uma ação ampliada, para além da instituição educacional, a fim de destituir obstáculos derivados de atitudes e do meio ambiente que dificultam ou impedem a participação na sociedade. A legislação brasileira e os documentos internacionais aos quais o Brasil é signatário contemplam recomendações pertinentes à acessibilidade, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 186/2008), em conformidade com a concepção de deficiência que evidencia uma situação de desvantagens em razão das barreiras e ambientes hostis e impeditivos para a independência das pessoas com deficiência.

A acessibilidade cultural é um campo interdisciplinar, assim como as deficiências em si. Pressupõe que toda a produção educativa-artística-cultural (espetáculos, exposições, acervos, cursos, espaços de convivência e todos os serviços permanentes ou itinerantes) deve estar disponível a todos os indivíduos, proposta com todas as formas de comunicação (audiodescrição, legenda fechada para surdos e ensurdecidos, LIBRAS, braille, guia intérprete, maquetes táteis, entre outros), permitindo o acesso aos usuários com conforto, segurança e autonomia.

Nesse sentido, propor uma publicação com o tema Educação e Acessibilidade Cultural tem como objetivo ampliar a discussão de inclusão e difundir mais uma conquista do direito à cidadania cultural das pessoas com deficiência: divulgar e aproximar pesquisas e experiências que atuem em prol da cultura acessível e refletir sobre as questões teóricas relacionadas às realizações culturais acessíveis e suas contribuições ao desenvolvimento de práticas de significação/ressignificação para os sujeitos envolvidos. A passos ainda muito lentos, mas evolutivos, o campo da acessibilidade cultural vem crescendo no Brasil. As pesquisas, que inicialmente buscavam saber a importância da Acessibilidade Cultural e de seus recursos para as pessoas com deficiência, agora buscam compreender as formas como podem ser realizadas, pautando os fundamentos estéticos e concebendo novas possibilidades (tecnologias, linguagem alternativa, entre outras) também. E não mais somente para as pessoas com deficiência, mas ampliando seus interlocutores para pessoas do espectro autista, analfabetos, disléxicos, entre outros.

Os artigos organizados neste número da Revista da Faeeba apresentam estudos sobre acessibilidade cultural e inclusão educacional das pessoas com deficiência, combinação oportuna, pois favorece a reflexão sobre o modelo de sociedade que permite a convivência na diversidade, discussão necessária, uma vez que os atenuantes que impedem a participação social de todos os grupos sociais e minorias vêm recrudescendo no atual cenário político, econômico e cultural brasileiro.

Abre este dossiê o artigo *A comunicação inclusiva na dinamização e preservação do patrimônio cultural*, de Josélia Neves, fazendo uma reflexão teórica sobre o

acesso ao patrimônio cultural tangível e intangível na defesa de um novo paradigma de mediação cultural apoiado no modelo de comunicação inclusiva. Para a autora, ao centrar a experiência cultural num paradigma de diversidade humana e no design universal com potencial para a customização individualizada, toda e qualquer ação servirá múltiplos perfis, sem que se limite a qualquer um deles e muito menos que se centre na deficiência.

Em seguida, o ensaio *Diversidade: os outros de “mim”*, de José Leon Crochick. A partir da análise de três novelas de Leon Tolstói – A morte de Ivã Ilitch, O senhor e o servo e A felicidade conjugal, escritas no século XIX, e do filme de Michelangelo Antonioni “Passageiro: profissão repórter”, produzido no século XX, o autor apresenta a diversidade como uma das possibilidades de constituição do indivíduo, expressão possibilitada pela incorporação da cultura, o que indica a sua importância para a diferenciação individual. A análise dessas obras, permeadas por reflexões feitas por Adorno, Benjamin e Horkheimer, indica distinções na apresentação de outras possibilidades de constituição do eu na modernidade.

Em *Os limites da formação docente e a educação das pessoas com deficiência nas licenciaturas*, Maria Cristina Dancham Simões e Carlos Antônio Giovinazzo Junior partem de uma perspectiva crítica a respeito da educação baseada nos escritos de T. W. Adorno e no conceito de formação do indivíduo para discutir formação de professores para a educação de alunos com deficiência na escola básica brasileira. Para isso recorrem aos dados coletados em pesquisa sobre as disciplinas e projetos pedagógicos de cursos de licenciatura de universidades federais e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Os autores sustentam que os cursos de licenciatura não possibilitam aos seus alunos o aprofundamento teórico sobre a educação inclusiva e os problemas enfrentados na escola.

O ensaio *O olhar, a palavra e a audiodescrição (AD)*, de Admilson Santos, Luciene Maria da Silva e Sandra Regina Rosa Farias, discute questões estéticas da Audiodescrição (AD) numa aproximação com o filme documentário “Janela da Alma”, dos cineastas João Jardim e Walter Carvalho, em diálogo com autores que refletiram sobre a proeminência do olhar, a exemplo de Marilena Chauí, Bakhtin, Olgária Matos, V. Flusser, entre outros autores. A discussão revela que se busca com a AD transmitir a intimidade incondicional provocada pelos jogos de linguagem que assinalam a obra, mas não transmitir o original, até porque, na AD, a operação é mais complexa. Realizada deste lugar, a AD será fruto da consciência de que somos pelo reconhecimento das nossas possibilidades e do outro, bem como pelo respeito à diversidade e às diferenças.

O artigo *Pessoa com deficiência: estigma e identidade*, de Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes e Fátima Elisabeth Denari, busca responder a seguinte pergunta: após décadas de educação inclusiva no Brasil, ainda existe preconceito ou estigma com a pessoa com deficiência? Isso porque, mesmo com os direitos atuais adquiridos, ainda são visualizadas e/ou relatadas experiências negativas que abordam estigma, identidade e autonomia. Trata-se de uma pesquisa realizada em ambientes virtuais, por meio da visualização e seleção dos vídeos do YouTube que envolvem a temática estigma e identidade social.

Revisitando a questão conceitual de acessibilidade, entendendo-a como como condição *sine qua non* para inclusão social, educacional e cultural, Susana Couto Pimentel e Mariana Couto Pimentel, no artigo *Acessibilidade para inclusão da pessoa*

com deficiência: sobre o que estamos falando?, realizam uma discussão evidenciando que assegurar condições de acessibilidade a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida significa possibilitar que possam desfrutar seus direitos com dignidade e em igualdade de oportunidade com os demais, oferecendo-lhes condições de inclusão em todos os espaços e possibilidade de uso dos equipamentos e bens disponíveis ao público em geral.

O artigo seguinte, intitulado *O curso de pós-graduação em acessibilidade cultural da Universidade Federal do Rio de Janeiro e suas ações de ensino, pesquisa e extensão*, de Patricia Silva Dornelles, Claudia Reinoso Araujo de Carvalho e Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro, apresenta a experiência de realização do Curso na UFRJ, em parceria com o Ministério da Cultura, como uma iniciativa pioneira de formação *lato sensu* na temática.

Em *Audiodescrição e acesso à cultura audiovisual para o empoderamento de pessoas com deficiência visual*, Marisa Ferreira Aderaldo e Élide Gama Chaves, de modo a fazer um recorte nas linguagens associadas ao sentido da visão, apresentam suas reflexões focalizando a população privada desse sentido – a pessoa com deficiência visual. Neste sentido, trazem a audiodescrição como tradução intersemiótica e audiovisual, como uma forma de compensar a ausência da visão e de tornar a imagem acessível, ou seja, possibilitar a essa população o usufruto e o acesso à informação visual presente em espaços como cinemas, teatros, passeios turísticos etc.

Já os autores Eduardo Cardoso, Tânia Luisa Koltermann da Silva e Kemi Oshiro Zardo, na pesquisa intitulada *Design para experiência multissensorial em museus*, concentraram esforços para delinear requisitos para o projeto e o desenvolvimento de recursos multimodais táteis e sonoros para fruição de objetos culturais pelo usuário com deficiência visual em museus, pautados numa abordagem integrada com base no design para a experiência. Além dos requisitos para o projeto, chegaram a novos instrumentos, metodológicos e de avaliação, para o auxílio no projeto de recursos de acessibilidade.

Para que a qualidade das audiodescrições seja assegurada, Manoela da Silva e Alessandra Barros discutem a presença do audiodescritor consultor, profissional com deficiência visual responsável por conceder feedback especializado. Nesse sentido, no artigo intitulado *Formação de audiodescritores consultores: inclusão e acessibilidade de ponta a ponta*, preconizam que, para que haja contribuição desse profissional, é necessário que ele seja formado em conjunto com roteiristas e narradores em cursos que aliem teoria e prática e tenham ênfase no trabalho colaborativo.

No artigo *A audiodescrição dos sentimentos das personagens no filme “Um amigo inesperado”*, Janaína Vieira Taillade Abud e Renata de Oliveira Mascarenhas objetivaram analisar as estratégias discursivas utilizadas no roteiro de AD do referido filme para recriar os sentimentos das personagens. A partir de um estudo baseado em *corpus*, as autoras consideraram apenas as etiquetas referentes à classificação das emoções das personagens (estado emocional, estado mental e expressão facial).

Revisitando fontes primárias e secundárias, documentos e produções científicas, Caio Augusto Padilha, através de uma pesquisa qualitativa, desenvolveu o artigo *A política de educação especial do governo FHC (1995-2003): uma opção pela integração*. Esta análise permitiu ao autor constatar que esse governo, mesmo tendo atuado na reestruturação do sistema educacional mediante a promoção de amplo conjunto de intervenções no campo legal, preservou o modelo de atuação das administrações anteriores na Educação Especial, prejudicando a inserção das pessoas com deficiência no sistema educacional comum.

Apoiada nas formulações de Pêcheux, Hildete Pereira dos Anjos, no artigo *Escolarização para a inclusão: formações imaginárias e acontecimento discursivo*, analisou as formações discursivas que se produzem no discurso pedagógico acerca da deficiência, a partir de um *corpus* produzido e regulado, cultural e historicamente, por docentes de salas de recursos e de salas comuns, técnicos e gestores da educação especial. Os resultados evidenciaram a heterogeneidade do discurso pedagógico sobre inclusão, o qual oscila entre o autoritário e o polêmico.

Em *Trabalho docente e atendimento educacional especializado: uma análise da produção acadêmica no portal de teses e dissertações da CAPES – 2013 a 2016*, Osni Oliveira Noberto da Silva, Theresinha Guimarães Miranda e Miguel Angel Garcia Bordas analisaram pesquisas relacionadas com trabalho docente e Atendimento Educacional Especializado. Observaram que houve um aumento no número de pesquisas relacionadas a esses dois aspectos, bem como que esses estudos são predominantemente realizados nas regiões Sul e Sudeste.

O último artigo da Seção temática, *Políticas de inclusão e as recomendações dos organismos internacionais para o ensino médio e superior no Brasil*, de Rosemary Roggero, Aline Sarmento Coura Rocha e Geuid Cavalcante da Silva Filho, aborda as políticas educativas de inclusão no âmbito do ensino médio e superior, no período de 2003 a 2014, recorte correspondente aos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

A seção Artigos – antes intitulada Estudos – publica, nesta edição, dois textos. O primeiro é *Educação permanente em saúde na estratégia Saúde da Família: reflexões a partir do existencialismo e da educação libertadora*, de de Janine Moreira, Ana Paula Macan Damiani e Caroline Scussel. O artigo relaciona as compreensões filosóficas e psicológicas sobre educação permanente de alguns teóricos e da teoria educativa libertadora de Paulo Freire com a formação em serviço dos profissionais de saúde. O segundo artigo, intitulado *Massive Open Online Courses (MOOCs) no ensino do empreendedorismo*, de Célia Regina Dias Von Linsingen, Cléia Denise Santos Ciscato e Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, analisa a oferta de cursos na área da educação, no que se refere ao ensino de empreendedorismo com o uso de uma ferramenta de cursos massivos online gratuitos.

Agradecemos aos que submeteram seus artigos – publicados ou não –, bem como aos pareceristas e demais coparticipantes que auxiliaram na produção desta edição. Aos comprometidos e aos leitores, esperamos que os textos incitem práxis cada vez mais envidadas com a Educação e a Acessibilidade Cultural.

Admilson Santos
Luciene Maria da Silva
Sandra Regina Rosa Farias